

ESCOLA PROFISSIONAL DE VOUZELA

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO N° 14/2021

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA NO TRABALHO, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO E HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR (HACCP)

CADERNO DE ENCARGOS

Vouzela, 16 de maio de 2021

Cofinanciado por:

Artigo 1º - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual e que tem por objeto a **aquisição de Serviços de Medicina do Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Higiene e Segurança Alimentar (HACCP)** de acordo com as **Especificações Técnicas** do presente Caderno de Encargos, e que fazem parte integrante do mesmo.

Artigo 2º - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 3º - Prazo

O contrato terá uma **duração de 24 meses com início 01/09/2021 e terminos em 31/08/2023**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 4º - Execução do contrato

1. Seja qual for o agente executor, a responsabilidade de todos os fornecimentos incluídos no contrato, será atribuída exclusivamente ao adjudicatário.
2. A EPV não reconhece, senão para os efeitos expressamente indicados na lei, a existência de quaisquer subcontratos ou terceiros que trabalhem por conta ou em combinação com o adjudicatário.
3. O adjudicatário não poderá proceder à substituição dos respectivos subcontratantes ou tarefeiros sem aprovação prévia e por escrito da EPV.

Artigo 5º - Fornecimento e Conformidade de Bens e Serviços

1. O local de prestação do serviço será o seguinte: Escola Profissional de Vouzela, Lda., sito na Rua António Sérgio, 2470-242 Vouzela, no horário de expediente da entidade adquirente.
2. O fornecedor obriga-se a fornecer à EPV os serviços que são objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas, anexas, ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
3. Pressupõe-se para o bom cumprimento do contrato que os serviços sejam fornecidos em acordo com o contratado.
4. A aceitação dos serviços objecto da prestação não dispensa, em caso algum, o fornecedor de satisfazer todas as obrigações constantes das condições de garantia.
5. Durante o período de vigência do contrato o fornecedor é obrigado a substituir, por sua conta, todo o material e acessórios que revelem deficiências ou cujo desempenho não esteja de acordo com os requisitos definidos nos termos do artigo anterior.
6. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da prestação, deve a entidade fornecedora, logo que dele

tenha conhecimento, requerer à entidade adquirente que lhes seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo.

7. No caso da entidade fornecedora não conseguir prestar o serviço à entidade adquirente, deverá propor a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo, deste fato, resultar qualquer acréscimo de preço.
8. Na situação prevista no número anterior, a entidade fornecedora deverá fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte da entidade adquirente, nomeadamente especificações técnicas dos serviços.
9. Não obstante o disposto nos números anteriores a entidade adquirente não fica, em caso algum, obrigada a aceitar os serviços de substituição propostos pela entidade fornecedora.
10. A entidade adquirente, no ato da prestação do serviço, procederá à avaliação do mesmo.
11. Após a verificação referida no número anterior, a entidade adquirente pode:
 - a) Aceitar o serviço;
 - b) Rejeitar o serviço não contratado;
 - c) Solicitar a reposição do serviço em falta;
 - d) Rejeitar os serviços por apresentarem deficiências de qualidade;
 - e) Aceitar os serviços mediante condição de, após exame posterior ou durante a utilização dos mesmos, serem comprovadas as características exigidas.
12. No caso previsto na alínea d) do número anterior, a entidade fornecedora fica obrigada à sua imediata substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções.
13. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou reposição de um novo serviço que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade da entidade fornecedora.
14. A rejeição dos serviços disponibilizados nos termos da presente cláusula não confere à entidade fornecedora o direito a qualquer indemnização.
15. Todas as despesas e custos com o transporte dos serviços objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Artigo 6 ° - Especificações Técnicas

1. Os serviços a fornecer pelo adjudicatário deverão corresponder aos requisitos constantes da proposta, das especificações técnicas e da restante documentação deste processo de aquisição. Contudo, a entidade adjudicante reserva-se no direito de adquirir somente os serviços venham a ser necessários no decorrer do procedimento aquisitivo, não vinculando a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição.

Artigo 7 ° - Objeto do dever de sigilo

1. O prestador dos serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Escola Profissional de Vouzela, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 8 ° - Prazo do dever de sigilo

O prestador do serviço deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 9 ° - Preço contratual

1. Pela prestação d serviço do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante

deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. Deverá ser indicado na proposta o preço unitário, o qual não deverá incluir o IVA.
3. O preço referido no número 1 **não pode, em qualquer caso, ser superior a 3.912,00€** (três mil, novecentos e doze euros) acrescidos de IVA.
4. O preço referido no número 1, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos à implementação dos serviços nos respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 10 ° - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Escola Profissional de Vouzela, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no **prazo de 60 dias** após a receção pela Escola Profissional de Vouzela das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação e aceitação dos serviços objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da Escola Profissional de Vouzela, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1 supra, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Artigo 11 ° - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de 20% sem prejuízo de poder de resolução do contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 30% do preço contratual.
3. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 12 º - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 13 ° - Resolução por parte da Entidade Adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Artigo 14 ° - Resolução por parte do Fornecedor

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previsto no artigo 332.º do CCP.

Artigo 15 ° - Seguros

É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos assumidos pelos seus colaboradores.

Artigo 16 ° - Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, quando o preço contratual for inferior a € 200.000 não é obrigatória a prestação de caução.

Artigo 17 ° - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 18 ° - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 19 ° - Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa fé.
2. Em especial cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, que constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Artigo 20 ° - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 21 ° - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela Legislação Portuguesa.

Especificações Técnicas

Nota prévia:

1. O presente contrato consiste na aquisição de Serviços de Medicina do Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Higiene e Segurança Alimentar (HACCP) para a Escola Profissional de Vouzela, estando o co-contratante obrigado a fornecer os serviços abaixo indicados, com as características descritas.
2. O local da prestação dos serviços é nas instalações da EPV, sitas na Rua António Sérgio, 3670-242 Vouzela.
3. As quantidades estimadas servem apenas como referência para o concorrente elaborar a sua proposta, reservando a entidade adjudicante o direito de adquirir somente as quantidades que venham a ser necessários no decorrer do procedimento aquisitivo, não vinculando a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição.

4. As especificações técnicas servem como referência para o concorrente elaborar a sua proposta – requisitos mínimos exigidos, não sendo aceites propostas com características inferiores.

1. Serviços de Medicina no Trabalho

1.1. As atividades a desenvolver são as seguintes:

- a) Realizar exames médicos, de acordo com a periodicidade prevista na Lei, e a devida programação dos exames;
- b) Efetuar exames de admissão aos novos trabalhadores;
- c) Efetuar exames periódicos, conforme previsto na lei (atualmente de 2 em 2 anos a todos os trabalhadores com exceção dos trabalhadores com mais de 50 anos e menos de 18 e outros previstos na lei, que farão anualmente);
- d) Realizar exames ocasionais, sempre que haja alterações substanciais nos meios utilizados, no ambiente e na organização do trabalho, suscetíveis de repercussão na saúde do trabalhador, assim como no caso de regresso ao trabalho após ausência superior a 30 dias por motivo de acidente ou doença;
- e) Realizar exame clínico de avaliação dos trabalhadores, com avaliação dos riscos inerentes a cada atividade desenvolvida pelo trabalhador, e ainda:
 - ✓ Eletrocardiograma;
 - ✓ Teste de acuidade visual;
 - ✓ Análise de sangue (hemograma completo, glicemia em jejum, ácido úrico, colesterol total) a todos os trabalhadores, salvo exceções impostas pela empresa e/ou pelo trabalhador;
 - ✓ Análise de urina tipo II a todos os trabalhadores, salvo exceções impostas pela empresa e/ou pelo trabalhador.
- f) Emitir por cada trabalhador avaliado em exame de admissão ou periódico uma ficha de aptidão para enviar à empresa e assegurar a organização e manutenção de registos clínicos atualizados, inclusive os de doença profissional de declaração obrigatória e outros elementos relativos a cada trabalhador. De igual forma fazer chegar ao trabalhador informação sobre o resultado dos exames.

g) E ainda:

- ✓ Elaboração do relatório anual de atividades, em modelo oficialmente aprovado, a enviar à entidades competentes, de acordo com a legislação em vigor;
- ✓ Preenchimento dos modelos legalmente exigíveis, designadamente do modelo 1360, para entrega nas entidades competentes, diretamente ou através da empresa;
- ✓ Dever de segredo profissional - as observações clínicas relativas aos exames médicos são anotadas em ficha própria.

1.2. Local dos exames e consultas de medicina no trabalho:

- ✓ Os exames e as consultas médicas serão realizados **nas instalações** da EPV, em unidade móvel com capacidade técnica para o efeito da responsabilidade da adjudicatária, ou pode a Escola disponibilizar os espaços físicos/salas para o efeito.

1.3. No âmbito da medicina no trabalho acrescem os seguintes serviços:

- ✓ A adjudicatária dá conhecimento à EPV, da legislação relevante e previne atempadamente das obrigações referentes a esta área.

1.4. A adjudicatária compromete-se a garantir a presença de técnicos qualificados para assegurar as tarefas e atividades definidas.

1.5. Para efeitos de proposta e de contrato deverá ser considerado uma **estimativa de 36 trabalhadores**. Contudo, num prazo de 30 dias após a celebração do contrato bem como da renovação (2º ano do contrato), a Escola faculta à adjudicatária uma Listagem com a identificação de todos os trabalhadores, devendo ser este o número de trabalhadores a considerar para efeitos de pagamento, salvaguardando-se um pagamento mínimo de 75% do contratado, correspondente a 27 trabalhadores. A admissão de novo(s) trabalhador(es), será comunicada pela Escola, e assumido o respetivo encargo.

2. Serviços de Segurança e Higiene no trabalho

- 2.1. As atividades de consultoria a desenvolver são as seguintes:
- a) Verificação e caracterização das condições gerais do trabalho - utilização de check-lists/relatórios adequados a cada setor de trabalho considerando os fatores gerais de trabalho;
 - b) Identificação e avaliação dos riscos para a segurança e saúde;
 - c) Identificação de medidas corretivas e preventivas nos locais de trabalho, de forma a monitorar e acompanhar os riscos identificados;
 - d) Elaboração do plano de sinalização, incluindo oficinas de formação, máquinas e equipamentos;
 - e) Verificação das condições da empresa ao nível da estrutura de emergência e de prestação de primeiros socorros;
 - f) Indicação das medidas gerais de prevenção e combate contra incêndios (sensibilização para atuação em situações de emergência);
 - g) Formação e sensibilização de curta duração no posto de trabalho - recomendações gerais relativas às atividades de segurança e higiene no trabalho;
 - h) Análise e investigação de acidentes;
 - i) Inspeções internas.
- 2.2. Periodicidade das visitas / auditorias técnicas às instalações da EPV:
- A adjudicatária compromete-se a garantir a presença nas instalações da EPV, de um consultor especialista na área de segurança no trabalho, num total (mínimo) de **2 visitas ao ano**, em datas a acordar, que desempenhará as tarefas e atividades definidas. Garante ainda a presença de um técnico de segurança sempre que ocorra um acidente grave, para colaborar com os responsáveis da empresa na sua análise e investigação.
- 2.3. Nos serviços de SHT, estão ainda incluídas as seguintes atividades:
- a) Realização de um **simulacro / evacuação de emergência** nas instalações da EPV, para uma comunidade educativa de cerca de 270 pessoas.
 - b) Preenchimento do **Anexo D** do Relatório Único – modelo de relatório anual da atividade dos serviços de Segurança e Saúde do Trabalho (Portaria nº 55/2010 de 21 de Janeiro), uma vez ao ano;

- c) Acompanhamento para uma **manutenção da qualidade dos espaços da EPV** – salas de aula/formação; oficinas de formação; espaços de convívio e restantes serviços – em cumprimento das normas instituídas ao nível da higiene e segurança no trabalho;
- d) Efetuar as devidas comunicações, notificações e relatórios previstos na lei, às diversas entidades competentes;
- e) Elaborar um dossier (em papel e suporte digital) sobre legislação e normalização aplicável.

A EPV irá solicitar brevemente (em maio) um novo “pedido de inspeção regular” à ANPC (Medidas de Autoproteção).

3. HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR (HACCP)

Assessoria à implementação e manutenção do Sistema HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Points*), no **refeitório** e na **cozinha de formação** da EPV ¹, implementando sistemas de verificação e prevenção, com base em:

- 3.1. Auditorias Higio-sanitárias – controlar e acompanhar toda a cadeia de produção.
 - a) Documentação /Atualização
 - b) Duas Visitas ao ano (mínimo)
- 3.2. Ações de sensibilização aos manipuladores (formação e sensibilização no posto de trabalho)
- 3.3. Colheita de Amostras para Análises Microbiológicas:
 - a) Análise Alimento / Produto;
 - b) Análise Manipulador;
 - c) Análise Superfície;

- d) Duas análises por ano, para cada uma das referidas nas alíneas anteriores, em laboratório acreditado.

3.4. Elaboração/atualização do Manual de HACCP

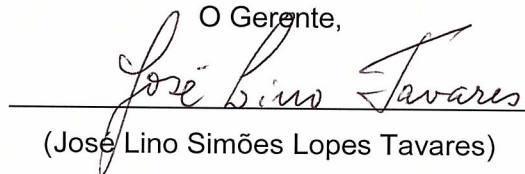
3.5. Planos com base nos 7 princípios do HACCP

1. Realizar uma análise de perigos e considerar quaisquer medidas para controlo dos perigos identificados;
2. Determinar os Pontos Críticos de Controlo (PCC);
3. Estabelecer limites críticos para cada PCC;
4. Estabelecer um sistema de Monitorização para cada PCC;
5. Estabelecer ações corretivas;
6. Estabelecer procedimentos de verificação;
7. Estabelecer Documentação e manter registos.

¹ O sistema HACCP já está implementado no refeitório e está iniciado na cozinha de formação.

Todas as prestações de serviços terão que estar em conformidade com a legislação aplicável e em vigor.

O Gerente,



(José Lino Simões Lopes Tavares)